

**ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE
ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS GERAIS
PARA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS
SUBTERRÂNEAS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO À CTIL EM
16/09/08**

ELABORAÇÃO: CTAS DO CNRH

EVOLUÇÃO DA PROPOSTA

► CONSIDERAÇÕES DA CTIL 101ª (BEM COMO CONTRIBUIÇÕES ENVIADAS PELOS INTEGRANTES DA CTIL: MARTHA SUGAI, PATRÍCIA BOSON E RODRIGO MASSAD) E 61ª CTAS, CONJUNTA CTPOAR

DIA 12/06/2008

Item 1 – Abertura / Informes;

Item 2 – Aprovação das Atas das 59ª e 60ª reuniões;

Item 3 – Painéis sobre águas subterrâneas – ANA/MMA, SRHU/MMA e CPRM/MME;

Item 4* – Acompanhamento da análise, pela CTPOAR, da proposta de resolução que “Estabelece mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro”;

DIA 13/06/2008

Item 5* – Acompanhamento da revisão da resolução CNRH nº 12, em análise na CTPOAR;

APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE RESOLUÇÃO CTAS ► CTIL

**ANÁLISE DAS SUGESTÕES
ENVIADAS PELOS INTEGRANTES
DA CTIL**

Considerando a importância da articulação da política dos recursos hídricos com as demais políticas públicas, observando o disposto no Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Considerando a importância da articulação da política dos recursos hídricos com as demais políticas públicas, observando o disposto no Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

► Considerando a necessidade de controle [\[copel1\]](#) da qualidade e da quantidade da água subterrânea, bem como a proteção e a manutenção dos ecossistemas terrestres, das zonas úmidas e do fluxo de base dos recursos hídricos superficiais, segundo os princípios??? da gestão?? Integrada?? de recursos hídricos [\[copel2\]](#);

[\[copel1\]](#) A palavra “controle” tem sido considerado mais adequada para o licenciamento ambiental e não para a gestão de recursos hídricos.

[\[copel2\]](#) Quais são estes princípios? Onde eles estão estabelecidos?

Considerando a necessidade de controle da qualidade e da quantidade da água subterrânea, bem como a proteção e a manutenção dos ecossistemas terrestres, das zonas úmidas e do fluxo de base dos recursos hídricos superficiais, segundo os princípios da gestão integrada de recursos hídricos;

► Art. 1º Estabelecer mecanismos e critérios gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro, visando ações capazes de identificar, prevenir e reverter processos de exploração não sustentável, poluição e contaminação [\[copel1\]](#).

[\[copel1\]](#) Citar as “áreas de uso restritivos” previstas no artigo 6º da resolução 22 e incluir um parágrafo dizendo quais são elas para fins desta resolução.

***CTIL 101ª substituiu processos de exploração não sustentável**

Art. 1º ... poluição e contaminação, por meio das áreas de restrição de uso, prevista no art. 6º § 2º da Resolução CNRH nº 22

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos gerais para proteção e conservação das águas subterrâneas no território brasileiro, visando identificar, prevenir e reverter processos de superexploração, poluição e contaminação, considerando especialmente as áreas de uso restritivo, previstas no art. 6º § 2º da Resolução CNRH nº 22.

► Artigo 3º

- ecossistemas; [copel1]

[copel1] Excluir. Não cabe à área de recursos hídricos.

Artigo 4º

II – ecossistemas, ameaçados pela superexploração, poluição ou contaminação das águas subterrâneas;

► V - áreas sujeitas ou com comprovada superexploração.

***CTIL 101ª V - áreas sujeitas ou com identificada superexploração.**

V - áreas sujeitas ou com identificada superexploração.

► Art. 4o [copel1] Estudos hidrogeológicos devem identificar as potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades dos aquíferos para utilização das águas subterrâneas, em especial nas áreas com indícios de superexploração, poluição ou contaminação.

[copel1] Sugiro colocar este artigo como 2º porque ele é genérico e vale inclusive para a outorga.

*CTIL 101ª Art. 4o Deverão ser realizados estudos hidrogeológicos para identificar as potencialidades, disponibilidades e vulnerabilidades dos aquíferos para utilização das águas subterrâneas, em especial nas áreas com indícios de superexploração, poluição ou contaminação.

§ 4o Os estudos hidrogeológicos mencionados no caput poderão ser executados por entidades, públicas ou privadas, e serem submetidos à análise do órgão gestor de recursos hídricos competente para a sua adoção nos procedimentos de gestão.

Art. 2o Os órgãos gestores deverão promover estudos hidrogeológicos, a serem executados por entidades públicas ou privadas, com abrangência e escalas adequadas nas seguintes categorias:

Art. 9º A recarga artificial de aquíferos somente será admitida mediante outorga [copel1] do órgão gestor de recursos hídricos competente.

[copel1] Existe isto?

Art. 8º A recarga artificial de aquíferos somente será admitida mediante autorização do órgão gestor de recursos hídricos competente.

Art. 10. As captações de água que apresentem indícios de superexploração, poluição ou contaminação das águas subterrâneas deverão ser monitoradas com vistas a detectar alterações de quantidade e qualidade da água.

§ 2º Caso sejam constatadas alterações de qualidade da água que prejudique os usos múltiplos da água, o usuário deverá adotar medidas mitigadoras indicadas pelo órgão gestor de recursos hídricos competente.

Art. 9º As captações de água que apresentem indícios de superexploração, poluição ou contaminação das águas subterrâneas deverão ser monitoradas com vistas a detectar alterações de quantidade e qualidade da água.

§ 2º Caso sejam constatadas alterações de qualidade da água que prejudique seus múltiplos usos, o usuário deverá adotar medidas mitigadoras indicadas pelo órgão gestor de recursos hídricos competente.

► Art. 10. As captações de água que apresentem indícios de superexploração ou contaminação das águas subterrâneas deverão ser monitoradas com vistas a detectar alterações de quantidade e qualidade da água.[\[copel1\]](#)

[\[copel1\]](#) Quem fará este monitoramento?

Art. 9º § 2º Caso sejam constatadas alterações de qualidade da água que prejudique seus múltiplos usos, o usuário deverá adotar medidas mitigadoras indicadas pelo órgão gestor de recursos hídricos competente.

Art. 10º Parágrafo único. Os órgãos gestores dos recursos hídricos em articulação com os órgãos ambientais e de saúde poderão exigir dos usuários o monitoramento da água subterrânea outorgada nessas áreas.

► Art. 12. A qualidade das águas subterrâneas captadas para os usos preponderantes deverá atender aos padrões de qualidade da classe, definidos pelos Valores de Referência de Qualidade - VRQ específico para as águas dos aquíferos ou pelos Valores Máximos Permitidos - VMP por uso declarado, publicados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 396, de 2008. [\[copel1\]](#)

[\[copel1\]](#) É muito amplo. Acho que deve ser reavaliada a sua redação caso seja

Art. 12. Nos processos de outorga, a qualidade das águas subterrâneas captadas para os usos preponderantes deverá atender aos padrões de qualidade da classe, definidos pelos Valores de Referência de Qualidade - VRQ específico para as águas dos aquíferos ou pelos Valores Máximos Permitidos - VMP por uso declarado, publicados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 396, de 2008.

Art. 12 - 1º hipótese - suprimir o artigo porque o seu conteúdo já está na Resolução nº 396 e porque não faz parte da ementa ou do propósito da resolução

OU 2º hipótese - apontar o agente a que se dirige o comando, neste caso os órgãos outorgantes, pois a ordem não está dirigida a ninguém.

EXCLUÍDO